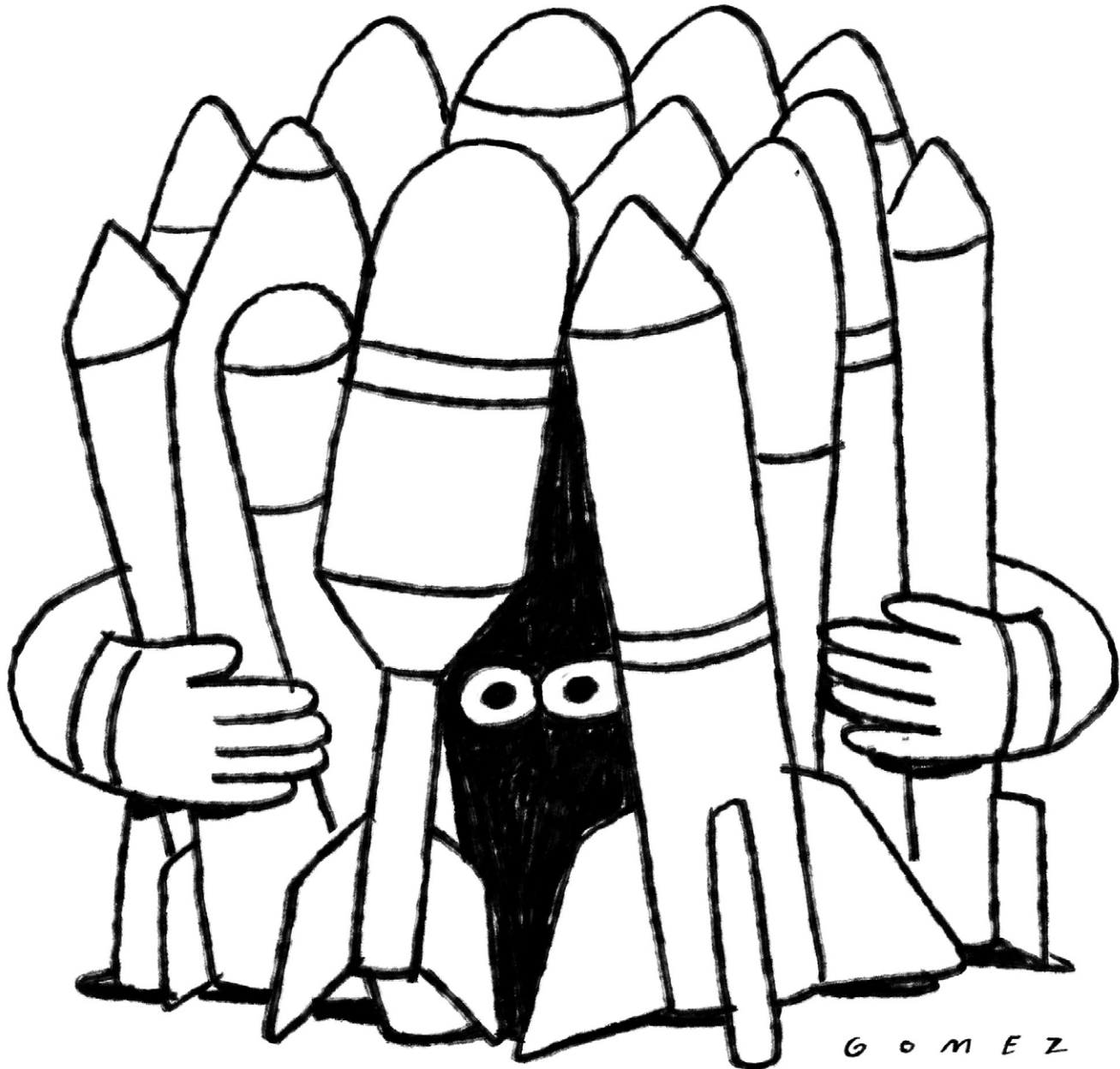


Terceira Guerra Mundial?

» JOSÉ HORTA MANZANO
Empresário



dos adversários. O fato de Washington e Moscou disporem ambos de força terrível não aumentou o risco de guerra. Pelo contrário, o temor reverente que mutuamente se inspiravam, de certa forma, os igualou. Cada uma das duas potências estava ciente de que, se ousasse atacar, a resposta viria, devastadora.

De uns anos para cá, temos visto forte expansão do poderio chinês. O incremento das forças chinesas, porém, não tem diminuído o potencial bélico dos EUA, que permanece no patamar em que sempre esteve. A Rússia, que não conseguiu quebrar a espinha da vizinha Ucrânia em dois anos de guerra, mostra falta de vigor no corpo a corpo, mas continua dona do maior arsenal atômico do planeta.

Bem recentemente, chegam informações de que o Irã está prestes a se inscrever no clube das potências atômicas, que o Japão já tem tecnologia para mandar foguete à Lua, que os mísseis dos guerrilheiros Houthis (Iêmen) conseguem causar danos a navios de passagem, que a Otan acaba de organizar

os mais importantes exercícios militares conjuntos desde o fim da Guerra Fria, que o Irã lançou, esses dias, seu primeiro satélite de órbita elevada, que a Europa dobrou seu orçamento militar.

Muitos entendem que esses sinais de rearmamento são preocupantes, mas acredito que não devemos nos deixar dominar pelo pânico. O crescimento bélico da China, do Irã e de outras praças não tem de ser encarado necessariamente como sinal de agressão iminente. O mais provável é que funcione como contrapeso, como força dissuasora, exatamente como funcionou o potencial atômico dos grandes adversários durante a Guerra Fria. A mensagem tende a ser: “Não se meta comigo porque eu também estou carregando quatro pedras no bolso”. Um mundo com potências bem armadas pode ser a receita do equilíbrio.

“*Si vis pacem, para bellum*”. Se queres a paz, prepara a guerra — o adágio latino emana de milenar sabedoria.

A verdade sempre vence

» MARCELO QUEIROGA
Médico e ex-ministro da Saúde

Chato, mas necessário, começar com um chavão, e do ministro da propaganda nazista Josef Goebbels: “Uma mentira mil vezes repetida acaba por virar verdade”. Desde que deixamos os nossos cargos, o presidente Jair Bolsonaro e eu temos sido alvo de ataques sistemáticos do governo Lula, com apoio de grande parte da mídia brasileira.

O governo Bolsonaro enfrentou a maior emergência de saúde, a pandemia da covid-19, e, aí sim, teve que reconstruir o SUS, destruído pelos governos petistas que fecharam mais de 40 mil leitos hospitalares, a meta-de de pediatria. Ao contrário da narrativa, em nossa gestão foi realizada uma das cinco maiores campanhas de vacinação contra a covid-19 do mundo, bem como trabalhamos arduamente para recuperar as coberturas vacinais.

Só a título de ilustração, recentemente, o jornal **Correio Braziliense** publicou uma matéria na qual uma integrante comissionada da atual gestão da Saúde divulgou uma série de inverdades sobre a ouvidoria do SUS no governo Bolsonaro. Se compararmos os números de 2022 (governo Bolsonaro) com os de 2023 (governo Lula), tivemos na nossa gestão um nível de resolutividade das demandas muito superior.

Em 2022 (governo Bolsonaro), a média do tempo de resposta foi de 3,21 dias, contra 7,3 dias do governo Lula, em 2023. Entre a resolutividade total e parcial, são 48% em 2022 (governo Bolsonaro), contra 42% em 2023 (governo Lula). Já no número de demandas não resolvidas, o governo Lula se mostrou menos eficiente com 59%, contra 52% do governo Bolsonaro. Já o grau de satisfação da população com o atendimento também foi maior no governo Bolsonaro com 42%, contra 38,5% no governo Lula.

Durante a nossa passagem pelo Ministério da Saúde, fizemos investimentos de quase R\$ 200 bilhões no fortalecimento do SUS, triplicamos a vigilância, ampliamos a atenção primária e especializada. Não é novidade pra ninguém que a atual gestão do Ministério da Saúde se pauta em agendas identitárias, como a apologia ao aborto, e no retrocesso para restabelecer o status quo anterior, onde não havia qualquer compromisso com metas e monitoramento de resultados assistenciais no SUS.

Outra situação de retrocesso que o Brasil vive hoje é a situação dos povos Yanomami. Apesar da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) instituída pelo Ministério da Saúde, como depreendemos da matéria do jornal *Folha de São Paulo*, os óbitos e casos de malária só cresceram, aumento de 19% e 64%, respectivamente, em relação a 2022.

A grave situação dos Yanomami no início do desgoverno Lula era sempre atribuída a Bolsonaro. O tempo tem provado o quanto é evidente a inépcia da gestão do PT, sempre marcada pela incompetência e pelo sensacionalismo. Dados do Centro de Informação e Vigilância Estratégica em Saúde, expresso em informe técnico em janeiro de 2023, já demonstravam que a situação começava a ser revertida pelo governo Bolsonaro.

Em relação ao Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Yanomami, 2012 foi o ano com menor número de notificações (2.213) e menor Índice Parasitário Anual (IPA): 101,09. Entretanto, a partir de 2013, é observado um progressivo aumento, sendo que 2020 apresentou maior IPA (761,8) da série histórica, dado que sugere o risco de ocorrência de malária e a exposição da população ao vetor infectado pelo protozoário do gênero *Plasmodium*.

Nos últimos quatro anos, o número de casos de malária no DSEI Yanomami passou de 9.928, em 2018, para 20.393, o que representa um aumento de mais de 105%. Porém, após oito anos de sucessivos aumentos no número de casos de malária no DSEI Yanomami, o distrito registrou uma redução de 7% em 2021, quando comparado com o ano de 2020 (nº 20.393/21.883).

Como escreveu o padre Antônio Vieira em seu célebre *Sermão do Bom Ladrão*, comparando os príncipes de Jerusalém aos governantes de sua época, que fingiam, assim como hoje, não saber o que acontecia embaixo das suas barbas. A verdade sempre vence.

Delírio de justiça

» KEYNA PAIVA SILVA LAMOUNIER

Psicóloga e diretora da Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho

Hoje, completam-se cinco anos da tragédia-crime do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho. Nossa voz, desde então, tem sido um pedido de justiça. Passados quase 1.900 dias e numa espécie de viagem ao tempo, vamos nos iludir, divagar, devanear, imaginar que a justiça foi feita. Vamos delirar.

No ano 2020, no mês de fevereiro, corrido um ano do rompimento da Barragem da Vale em Brumadinho, tivemos o júri popular daqueles que foram apontados como responsáveis pela tragédia-crime, quando foram assassinadas 272 pessoas. Após a condenação dos 16 réus, o cenário que temos é o seguinte: as famílias que perderam seus entes queridos ainda choram a morte trágica, mas se consolam com o fato de que a justiça foi feita.

A dor da perda ainda continua, mas o sentimento pesado de revolta, angústia e indignação pelos horrores da tragédia vão sendo sobrepostos por saudade, lembranças, memórias e outros sentimentos afins. A cidade inicia a caminhada para reparação, tendo foco no meio de subsistência do município, buscando formas de economia sustentável para que a mineração não seja a única e exclusiva fonte.

A empresa teve que reconhecer sua política de “necroeconomia” e, ao rever suas práticas, passou a desenvolver novas normas e condutas, tendo como praxis o zelo e a garantia da integridade dos seus trabalhadores. Em função das perdas geradas, teve que mudar seu processo de trabalho levando sempre em conta a valorização da vida, o respeito aos municípios de toda região em que opera.

O Congresso Nacional sancionou novas leis para as barragens a montante, e as empresas tiveram até julho de 2019 para descomissionar todas

existentes no país. Com a punição dos réus, a Justiça entra em uma nova estação. Nesse novo ciclo, temos uma nova ordem social, em que o princípio básico é fazer valer o respeito, a cidadania, a preservação da vida e a igualdade social. A Justiça faz o seu papel, com ética, agilidade, e isso abala tragicamente o modus operandi das empresas de mineração no país.

Fica posto que a tolerância é zero para empresas que não seguem as regras de segurança. Fica estabelecido que há um novo pressuposto: todas as fraudes cometidas passam a sofrer sérias sanções judiciais, não importando o tamanho da empresa ou seu capital. O que vale é a vida, a lei é para todos.

Quando a Justiça impera, ocorre um efeito cascata. Se uma das empresas mais cobiçadas pelos investidores foi punida, todos serão. Então, a Justiça cumpre também um papel pedagógico nas relações entre Estado, empresas/empresários e sociedade civil.

Com a execução da Justiça em Brumadinho, outros casos que se delongavam foram julgados, e as sentenças cumpridas. Detalhe, todas essas ilegalidades foram julgadas como crimes hediondos, sem suspensão ou redução de pena. Tanto os crimes cometidos em na Boate Kiss e Mariana, citando aqui um dos mais conhecidos, tiveram julgamento ímpar, encerrando assim um longo capítulo na história da injustiça.

Continuando aqui o exercício de imaginação, neste ano de 2020, Ministério Público Federal e Defensoria Pública têm impetrado ações no sentido de garantir direitos e responsabilizar judicialmente a empresa responsável pelos impactos causados na região de Alagoas. Tendo todo cuidado técnico de não haver violações de direitos daqueles atingidos

pela extração de sal-gema da empresa Braskem.

O reflexo da justiça feita em Brumadinho é expandido em todo território nacional. A cultura da impunidade vem abaixo, e uma rede de pessoas, tanto na esfera jurídica quanto nas outras autarquias, trabalha para que o direito à vida, ao trabalho e à dignidade sejam garantidos e exercidos conforme determinam as leis.

Estou delirando demais?! Acredito que não. Talvez, na cronologia do tempo. Esperar por Justiça não pode ser loucura, mas também não pode ser eterno. O tempo, nesse caso, pode ser o detonador de outras barbáries. Loucura é matar e crer que não vai ser punido. O delírio, aqui, nos coloca num lugar seguro, cria abas de proteção para que nossa esperança se sustente. Todo esse devaneio foi para expressar nossa fé de que vamos ver a Justiça triunfar.

O ciclo de cinco anos é muito tempo e provoca um aumento expressivo nas dores e nas tristezas, nos leva à exaustão. Vemos nossa vida escorrer pelo ralo da impunidade. É adoeceador, mas não vou aqui me ater ao adoecimento.

O delírio, aqui, é tão somente para vislumbrar a justiça que tarda, mas não vai falhar. É dever nosso deixar que a justiça seja executada por aqueles que são legitimados para tal. É obrigação dos magistrados trabalhar e garantir a execução das penalidades. O direito deve ser exercido em nome da sociedade e da cidadania.

Não vamos desistir. Mas o tempo não corre a nosso favor. Então, nesse delírio, vamos nos nutrir de fé e esperança. Na história do rompimento da barragem da Vale, nós gostaríamos e esperamos ficar marcados pela justiça não pelo crime. Justiça já.